



**A Cobertura de Catástofes:
Estudo de Caso das Enchentes de 2010 e 2011 em Pernambuco**

Isaltina Maria de Azevedo Mello Gomes¹

Débora Souza de Britto²

Igor Elias Gomes³

Julia Arraes de Alencar⁴

Marcela Barbosa Lins⁵

Universidade Federal de Pernambuco, Recife, PE

RESUMO

O presente artigo se propõe a analisar a cobertura jornalística diária de eventos catastróficos, como é o caso das enchentes ocorridas nos meses de maio e junho de 2010 e 2011 na Zona da Mata Sul de Pernambuco. Para tanto, analisamos as capas do Jornal do Commercio, o maior em circulação do estado, referentes ao assunto. Na análise, identificamos três fases da cobertura midiática: a fase “factual”, a fase da “comoção” e a “cobrança ao Poder Público”. O aporte teórico trabalho vem dos estudos sobre o Jornalismo Ambiental e as Teorias do Jornalismo.

PALAVRAS-CHAVE: jornalismo ambiental; catástrofe; fases da notícia; enchentes

INTRODUCAO

Ao nascer, cobrindo tragédias e denunciando um modelo de desenvolvimento econômico considerado insustentável, o Jornalismo Ambiental trouxe consigo um caráter catastrófico que conduzia a população a um imobilismo resultado do “nada se pode fazer para mudar o caos em que nos encontramos”. Essa primeira fase do

¹ Professora do Curso de Jornalismo da UFPE. Email: isaltina@gmail.com

² Graduando em Jornalismo pela UFPE. Email: dsb.debora@gmail.com

³ Graduando em Jornalismo pela UFPE. Email: gomes.igor.e@gmail.com

⁴ Graduando em Jornalismo pela UFPE. Email: parajuliarraes@gmail.com

⁵ Graduando em Jornalismo pela UFPE. Email: marcela.lins@gmail.com



Jornalismo Ambiental foi fruto da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente Humano, realizada em 1972, em Estocolmo, que colocou a questão ambiental na agenda mundial e detalhou a responsabilidade dos seres humanos na conservação do meio (GODOY, 2007). Mais tarde, em 1992, com a realização da Rio-92 (ou Cúpula da Terra), o termo *desenvolvimento sustentável* passou a designar um elemento central na estratégia de conservação do planeta. Na conferência, foram traçados planos de ação, sendo o mais importante deles a Agenda 21, que previa planos para atingir o desenvolvimento sustentável no século XXI.

Nesse contexto, surge uma nova fase do Jornalismo Ambiental, menos denunciante e ativista, curvando-se, por outro lado, aos ditames da imprensa e das empresas de comunicação. No início dos anos 2000, a revista *Public Understanding of Science* publicou uma pesquisa feita a partir da análise de 841 notícias sobre meio ambiente. O periódico constatou "que a notícia ambiental tende a ser dramática e ambígua e contém pouca informação útil para as comunidades sobre a questão dos riscos. Quase 60% das matérias, segundo a pesquisa, não mencionou a questão do risco e forneceram informações 'limitadas' para a compreensão pública dos riscos ambientais" (MAJOR & ATWOOD, 2004, *apud* SOUSA 2004, p. 23).

Segundo Wilson Bueno, na entrevista “As Mudanças do Jornalismo Ambiental” (2007), o jornalismo ambiental deve trabalhar os conceitos envolvidos na notícia, tomar partido diante dos fatos - pois é o planeta que está em jogo - e evitar o sensacionalismo. Para ele,

O jornalismo ambiental não pode focar-se apenas no aspecto técnico, porque o importante, se quisermos efetivamente trabalhar para a solução dos problemas, é perceber as conexões entre o meio ambiente, a política, a economia, a cultura, a saúde e a sociedade. Esta perspectiva fragmentada, que vem a reboque da cobertura de grandes catástrofes, não contribui para fortalecer o jornalismo ambiental, apenas o coloca na agenda, sem comprometer-se com um debate sério, abrangente, como deve ser.⁶

No artigo “O jornalismo ambiental não envelheceu”, Bueno (2009)⁷ afirma que as denúncias são mínimas e que os jornalistas têm poupado os principais participantes do processo de degradação do meio ambiente, “empresas predadoras, governos incompetentes e autoridades midiáticas que jogam dos dois lados.” O Jornalismo

⁶ Entrevista disponível em: <<http://www.ecodebate.com.br/2007/11/08/as-mudancas-do-jornalismo-ambiental-entrevista-especial-com-wilson-da-costa-bueno/>>

⁷ Disponível em: <<http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos.asp?cod=520IMQ005>>



Ambiental deve atuar de modo a globalizar questões ambientais, trazendo a esferas discursivas a pauta do meio ambiente, de forma que, ao tratar de temas referentes ao meio ambiente, é capaz de engajar um possível leitor na temática.

Através da mediação de experiências com a natureza, os meios de comunicação podem oferecer modelos e conceitos que os indivíduos podem, ou não, se apropriar na construção de suas identidades (ABREU, 2007, p. 25). Enfim, o contato com o tema é importante, uma vez que abre possibilidades de uma assimilação ou questionamento em torno do que se diz à respeito às questões ambientais.

Para Robert Cox (2010), a força do discurso ambiental dentro da cobertura midiática condiz com a hipótese da Agenda Setting, ou seja, a influência a mídia na construção da agenda do leitor, na construção do que pautará o discurso corriqueiro daquele que apreende o texto. O aparelho midiático filtra e escolhe determinados fatos em detrimento de outros, de modo a “selecionar” a atenção do público para uma determinada parcela do real. Segundo a hipótese do agendamento, a mídia influencia o leitor não só de modo a determinar o que vai estar presente no seu discurso cotidiano, mas influi na interpretação do leitor sobre determinado tema, a partir de sua “roupagem”.

Discutir os problemas que envolvem o meio ambiente tornou-se uma necessidade social. Segundo Abreu (2007), com a Revolução Industrial houve uma demanda por matéria-prima em larga escala, realizando uma modificação predatória sem precedentes nos ecossistemas. Somente na década de 70, os grupos ambientalistas se organizam para combater a dilapidação dos recursos naturais oriunda do *modus operandi* capitalista. O diálogo entre esses grupos, governos e setores privados culminou na Rio-92. Esse evento e a ratificação do Protocolo de Kyoto (1997) tornaram os anos 90 capitais para o agendamento do meio ambiente na pauta da mídia e das discussões políticas.

Em contrapartida, as empresas incorporaram a temática para agradar o consumidor, construindo uma lógica de mercado em que a sustentabilidade tornou-se um “produto”. As corporações executam algumas práticas sustentáveis, adequando-se ao processo de certificação ambiental ou fechando parcerias com ONGs (ABREU, 2007). Um exemplo é o reflorestamento empreendido pelas indústrias de papel como forma de amenizar o impacto causado às florestas. A partir disso, vê-se, na verdade, a política da sustentabilidade antes como um fator econômico do que ambiental, uma vez



que adotar esta bandeira favorece a imagem da empresa, aumentando seus lucros e credibilidade.

Entre os objetivos da Agenda 21 brasileira está “a socialização do conhecimento para a redução de desequilíbrios regionais” (BRASIL, 2002 p. 38). A partir dessa premissa, acreditamos que o jornalismo estará cumprindo sua função de formação de consciência crítica e transformando o leitor/ ouvinte/ telespectador em um cidadão ativo e informado sobre o que ocorre à sua volta em termos de meio ambiente. É o que poderíamos chamar de caráter cidadão do jornalismo.

Esse caráter cidadão do jornalismo foi transformado em um discurso que o fez ter relevância diante da sociedade, embora nem sempre a prática seja tal qual nos diz a teoria. Assim, de forma segmentada, algumas especialidades de fazer jornalismo começaram a defender e atualizar esse discurso, adequando-o aos seus modos de fazer e pensar a atividade. O Jornalismo Científico e o Ambiental são exemplos disso. (GIRARDI, 2009 *apud* VICTOR, 2009, p.96)

Tomando como ponto de partida algumas dessas reflexões, este artigo tem como objetivo avaliar o comportamento da imprensa diária na cobertura de catástrofes relativas ao ambiente. Para tanto, analisamos 20 capas do Jornal do Commercio (JC), o maior em circulação do estado de Pernambuco, no período de chuvas no estado nos meses de maio e junho dos anos de 2010 e 2011.

Nesses dois anos, Pernambuco e Alagoas sofreram com as consequências de chuvas acima da média, registrando enchentes, desabamentos e inundações. Em Pernambuco, 13 cidades da Mata Sul e Agreste decretaram estado de emergência em decorrência dos estragos provenientes das chuvas. Outras 29 ficaram em estado de alerta e Recife, a capital, decretou estado de alerta máximo. No total, foram 60 cidades atingidas, vinte mortos e quase trinta mil desabrigados. Onze meses depois, ainda trabalhando na reconstrução dos municípios, 55 cidades no estado sofreram novamente com as chuvas. No ano de 2011, 920 famílias de Barreiros foram retiradas de suas casa devido às cheias do Rio Una. Cerca de nove mil pessoas foram afetadas em Água Preta.

As capas de jornais selecionadas para este trabalho contêm notícias relativas aos estragos provocadas pelas chuvas durante o período crítico. A partir da observação das capas, das manchetes e do destaque dado às notícias, buscamos verificar se há, de fato, uma cobertura permanente e comprometida com a conscientização sobre as causas dos desastres ambientais.



CAPAS: UMA ANÁLISE GLOBAL

Para todo e qualquer jornal - parece óbvio dizer -, a capa é a parte mais importante da edição. É a constatação de que aquele foi o assunto de maior destaque e relevância para os leitores. O assunto abordado na capa foi, supostamente, o acontecimento que mais as pessoas precisam saber. Mas não apenas isso, a capa também representa a linha editorial daquela edição do jornal. É um resumo do que os editores querem transmitir aos seus leitores.

Além das manchetes, analisamos, neste trabalho, as fotos e subtítulos presentes nas capas. Partindo do pressuposto de que o jornalista age como organizador do mundo, criando hierarquias para os acontecimentos, nosso estudo procura verificar o discurso jornalístico acerca das enchentes em Pernambuco. Queremos saber se há nas matérias sobre as enchentes uma discussão ambiental e - se houver - de que forma essa discussão é tratada.

Partindo da análise do corpus, identificamos que a cobertura de desastres ambientais passa por três fases bem definidas: a primeira é a fase do “factual”, em seguida vem a fase da “comoção” e, por fim, a fase da “cobrança ao poder público”. Essa categorização nos ajuda a compreender o esforço empreendido por jornalistas ao lidar com os fatos em questão, por vezes tratando o tema de maneira superficial, sem promover o esclarecimento real do leitor.

Desde a primeira vez que as chuvas são citadas na capa do Jornal do Commercio, no dia 14/06/10, já é possível ver o apelo sentimental e o tom de catástrofe que trazem as manchetes. Com o título “Armados contra os saques” e o subtítulo “vizinhos se dividem em patrulhas com facas para defender o que restou de suas casas”, o jornal explicita a situação caótica, que beira a barbárie, em que as pessoas atingidas pelas cheias no interior do Estado estão vivendo. As fotos que estão acima da manchete ajudam nesta exploração do lado sub-humano das pessoas envolvidas. A chuva é vista como um castigo e não como consequência de outros problemas, tais como ambientais e sociais.

Quatro dias depois, a capa do JC traz mais tragédia. A foto de um desabamento e a escolha da palavra “morte” no título servem para chocar e despertar interesse do leitor, a partir do absurdo. Logo abaixo da manchete aparece uma chamada para outra matéria relacionada com as chuvas, mas de outra ordem: o trânsito. Uma das grandes preocupações dos homens da cidade, o trânsito torna-se mais importante do que outros ganchos que o assunto poderia causar. Novamente, a relação de causa e consequência

dos fatos aparece distorcida. As chuvas são a causa, o trânsito e as tragédias a consequência.

Durante os dias 19 (ver foto 1) e 20 de junho de 2010, as enchentes continuam estampando as capas dos jornais, com manchetes impactantes e fotos de efeito. As palavras drama e destruição aparecem para tratar do sentimento das pessoas que estão sendo afetadas. A exploração do teor emocional é usada para chamar a atenção do leitor e para causar comoção pública. Apenas um lado da história está sendo analisado desta forma. E as razões das enchentes? E as ações do homem que levaram a isso? Por que essas pessoas estão vivendo esta situação enquanto outras também estão embaixo das chuvas, mas protegidas? A sensibilização do público atenta para a necessidade de realizar doações e ajudar os prejudicados com as chuvas. No entanto, vários aspectos que mereciam reflexão deste mesmo público são ignorados pela linha editorial.



Foto 1

No dia 21/06/10 a capa do Jornal do Commercio trouxe em destaque a notícia “Mata Sul contabiliza estragos da cheia”, com foto retratando o estrago causado pelas chuvas num ambiente urbano. Trata-se de uma das primeiras grandes matérias sobre as consequências do período chuvoso na região mais atingida (Pernambuco e Alagoas), sendo, portanto, uma matéria voltada para o tratamento factual da notícia.

Nos dias 22, 23 e 24 de 2010, as capas do JC trazem manchetes alarmantes, carregadas de emoção e acompanhadas de fotos que estampam a tragédia e pretendem

sensibilizar o leitor frente à situação dos desabrigados vítimas das chuvas. Em destaque secundário, há chamadas para matérias que relatam a atuação do poder público diante da catástrofe. “Destruição, fome e sede” é a manchete do dia 23/06, acompanhada do subtítulo “Cenas estarrecedoras viraram rotina nas cidades afetadas pela chuva no Estado”. A partir desse excerto, verificamos o esforço do veículo em lidar com o tema, sem no entanto, questionar as causas e possíveis omissões, do poder público ou da população, que agravaram os contextos de risco em que já estavam inseridos. É relevante destacar que a empresa Jornal do Commercio assume, neste período, a campanha de arrecadação de doativos para os atingidos, montando até postos de recebimento de doações.

A edição do dia 26/06/10 (ver foto 2) traz na capa a manchete “Resistência no escuro”, acompanhada de uma foto poética, em que uma mulher, na contra luz, está em meio a destroços. Aparentemente emotiva, o subtítulo “Vítimas de palmars vigiam o que escapou” informa ao leitor outro viés da notícia. Verificamos, nessa capa, um cuidado maior ao construir uma notícia que, ao mesmo tempo em que apela para a comoção, faz uma crítica à omissão dos órgãos responsáveis.



Foto 2

O modelo instituído de “cultura ecológica” (LIMA, 1998, p.10) aponta que há consequências negativas e positivas para a prática. A respeito dessas implicações, observamos que podem ser aplicadas também à análise do tratamento noticioso de



acontecimentos de grande repercussão, relativos ao ambiente, como catástrofes, por exemplo. De acordo com Lima, a cobertura midiática é positiva à medida que ajuda a difundir informações, desperta para realidades até então fora de foco e pode abrir espaço para a ampliação do debate sobre o tema entre a sociedade.

Ele avalia, no entanto, que “na medida em que favorece o modismo, a abordagem superficial a acrítica de problemas que exigem reflexão profunda e análise pluridimensional” (LIMA, 1998, p.10). Tais consequências são negativas, pois banalizam e mercantilizam uma temática complexa, não linear, e, portanto, despolitizam o tema.

Brandão (2007) aproxima sua reflexão a de Wilson Bueno, ao defender que a cobertura factual, quase sempre superficial e sem grandes problematizações, não contribui para a formação de conhecimento e atuação cidadã do leitor.

A despolitização do problema implicaria numa leitura alienada da questão, que observa a crise ambiental sem enxergar suas causas profundas e sem questionar o modelo de desenvolvimento econômico, político, cultural e social que lhe dá sustentação. (BRANDÃO, 2007, p.39)

Entendemos que ampliar a divulgação de dados e reflexões que dizem respeito à natureza fora de um ambiente de ensino formal – como no caso da mídia - também é importante para ajudar na formação da população, para maior entendimento do mundo que a rodeia. Como bem lembra Medistch (2002), desde a década de 40 se sabe, graças às pesquisas de Robert Park, que “o Jornalismo realiza para o público as mesmas funções que a percepção realiza para os indivíduos” (p.7). Nesse contexto, a apreensão de alguns termos, temas e ideias centrais é fundamental para a criação de um pensamento racional voltado para o livre exercício da cidadania.

Nas capas dos dias 28 e 30 de junho de 2010 o apelo ao sensacional não se evidenciou na chamada de capa. Percebemos, porém, um apelo à população em prol dos moradores da Mata Sul (30/06/10) para que houvesse triagem das doações feitas. Termos que evocam maior teor emocional foram verificados nas legendas e nos subtítulos como “drama” em 28/06/10. Em ambas as capas, a atuação do poder público foi apresentada, ao ser anunciado o adiantamento do 13º salário dos servidores que trabalham na região, assim como o apelo do próprio governador para que a população se engaje na doação de donativos de maneira ordenada, de modo que se fosse apresentada a competência do Estado ao lidar com as enchentes.

Em 2011, cerca de um ano após o evento de 2010, o apelo é mais evidente. A manchete “Drama se repete” (ver foto 3), publicada em 04/05/11 pressupõe conhecimento prévio do leitor. No subtítulo, expressões com uma forte carga emocional apareceram associadas aos fenômenos naturais - “enchente devastadora”, “água voltou a apavorar”, “chuva não deu trégua”. Nessas manchetes, a morte aparece associada diretamente ao deslizamento de barreiras. Na legenda, o teor apelativo também é evidente com “enfrentar a correnteza”. Em 05/05/11, o caráter “devastador” da natureza é o mote da legenda da foto de capa com “Barreiros voltou a ser engolida pelo Rio Una”. Em termos gerais, os grandes destaques das capas foram o tom destrutivo das forças naturais e a atuação emergencial do Poder Público em torno dessas questões.



Foto 3

As três fases mencionadas anteriormente (factual, comoção e cobrança) foram evidenciadas nas capas apreendidas entre os anos de 2010 e 2011. Muitas delas são classificadas em mais de uma categoria. Em 23/06/10 e 30/06/10, destacamos as categorias “cobrança” e “comoção”. Nos dias 03/05/11 e 04/05/11, as perspectivas mais evidentes são as da “comoção” e do “factual”. No dia 05/03/11, parece ser a atuação do poder público o grande mote da capa, mesmo que de modo mais brando. Nos títulos, isso se torna mais visível, como em “Famílias serão retiradas à força” e, em seguida, um pequeno texto que anuncia as medidas da prefeitura em torno das famílias moradoras de áreas de risco. O apelo às emoções também parece ser um artifício utilizado.

As manchetes onde aparecem os temas das chuvas na Mata Sul e no Recife não contêm termos sensacionalistas. Os adjetivos mais fortes surgem nos textos situados abaixo da chamada ou nas legendas das fotos - caso de “catástrofe” (06 de maio) ou cenário “desolador” (07 de maio). Alguns dos subtítulos criam um efeito de contraste em suas construções que reforça a ideia de destruição, a exemplo de “Dia de sol que seria de recomeço virou caos graças à boataria sobre catástrofe a caminho do Recife” (06 de maio). Vê um sentimento de impotência frente à ação das chuvas na capa do dia 10 de maio, ao lado da citação de uma medida de contenção das enchentes futuras: a construção de uma barragem.

Também foram capa os meios usados para detectar a ameaça de chuva e agilizar o trabalho da Defesa Civil, mostrando que o governo tenta resolver o problema (ver foto 4). Aqui não há classificação das medidas (boas ou insuficientes). Em momento algum há valoração das gestões atual e anteriores que, por ignorância ou negligência, não procuraram sanar os problemas na organização estrutural das cidades atingidas. Não há mostras, nas capas, de que o jornal procurou um enfoque diferente, como questionar antigos gestores sobre os motivos de não se investir em mobilidade urbana, saneamento básico e outros fatores que contribuem para evitar os desastres. Apenas há menções a medidas de curto e médio prazo que não tratam a falta de capacidade das cidades em suportar uma quantidade de chuva acima do normal, como as barragens.



Foto 4



ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

No clássico texto *A Expressão Obrigatória dos Sentimentos (Rituais Oraís Funerários Australianos)*⁸, o antropólogo Marcel Mauss considera as emoções elementos socialmente constituídos. Ao tratar dos rituais funerários na Austrália, o autor aponta que

todos os tipos de expressões orais dos sentimentos são essencialmente, não fenômenos exclusivamente psicológicos ou fisiológicos, mas fenômenos sociais, marcados eminentemente pelo signo da não espontaneidade e da obrigação mais perfeita. (MAUSS, 2001, p.325)

Sem negar a sinceridade ou subjetividade que evocam as emoções, Mauss acredita no potencial coercitivo da expressão dos sentimentos, de modo que a própria emoção, elemento socialmente constituído, corrobora para a integração dos indivíduos. Esse ato de apelar às emoções dentro dos meios de comunicação é apontado por Meditsch (2002):

No Jornalismo, o uso de técnicas narrativas e de espetacularização se justifica amplamente pela eficácia comunicativa e cognitiva que proporcionam. O problema é quando passam a ser utilizadas em função de objetivos que não os cognitivos, como a luta comercial por audiência e o esforço político de persuasão (p. 13)

Na cobertura das enchentes de 2010 e 2011, identificamos algumas recorrências no modo como são noticiados temas relacionados ao ambiente. Avaliamos que não existe uma preocupação global por parte dos *media*, uma percepção das conexões entre o meio ambiente e as demais instâncias sociais.

O jornalismo, entendido como tema de fundamental importância para a sociedade, deve ser tratado com seriedade, profundidade e compromisso com o planeta e com seus habitantes. É preciso destacar que, diante de catástrofes como as provocadas pelas chuvas em 2010 e 2011, em Pernambuco, o Jornalismo não deve apenas se colocar como um relator dos fatos, mas também como agente de conscientização da população. Para isso, mais que estimular o apoio à população vítima das tragédias e dar visibilidade a esta, se faz necessário questionar o que permite que situações se repitam, como foi o caso, em dois anos seguidos.

O problema causado pela chuva não é apenas ambiental, pois envolve o poder público, que não realiza ações de prevenção, a própria população, que por falta de

⁸ MAUSS, Marcel. (2001), *A Expressão Obrigatória dos Sentimentos. (Rituais orais funerários australianos)*. In: *Ensaio de Sociologia*. São Paulo: Perspectiva.



informação contribui para agravar a situação crítica de galerias, rios e canais, por exemplo. Sendo assim, a cobertura de catástrofes não deve ser um fim em si. Apesar das fases da notícia - factual, comoção e cobrança – o Jornalismo deve empreender um esforço constante de promover a educação e ampliação da consciência do leitor para temas como o ambiente, a preservação e prevenção de desastres.

Entende-se que a rotina das redações dificulte a cobertura de “problemáticas”, ou seja, de análises de conjuntura, que agreguem elementos pertencentes aos diversos setores da sociedade - maior detalhamento sobre planejamento urbano, distribuição de renda, saneamento básico e outros fatores que influem na preservação ambiental. O campo jornalístico, para Traquina (2004), exige que os acontecimentos, e não as problemáticas, sejam priorizados. “O trabalho jornalístico é [...] uma atividade prática onde os jornalistas lutam constantemente contra a tirania do fator tempo” (TRAQUINA, 2004, p.14).

Uma possível solução para isso, segundo Meditsch (2002), é o uso dos trabalhos de Paulo Freire pelos profissionais. Esta união é possível porque o pedagogo prioriza a prática e o melhoramento dela em condições limitadas, o que permite intervenções mais eficazes em “situações-limite”, conduzindo ao “inédito viável” (p. 14). Entretanto, o próprio Meditsch afirma que os estudos sobre esta relação Freire-Jornalismo carecem de profundidade e que os jornalistas precisariam conhecer a obra do pedagogo.

Antes da ética jornalística, é preciso ter uma visão ainda mais ampla e lembrar que informação, segundo a Declaração dos Direitos Humanos e a Constituição Brasileira, é direito humano básico. Todo cidadão tem direito a espaço dentro das mídias para se sentir representado e se expressar.

REFERÊNCIAS

ABREU, Teo Bueno de. **Considerações sobre a heterogeneidade do discurso sobre meio ambiente presente na mídia impressa**. 2007. 103 p. Dissertação (Mestrado em Tecnologia Educacional nas Ciências da Saúde) - Núcleo de Tecnologia Educacional para a Saúde, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

BRANDÃO, Alessandra Gomes. **Divulgação científica: percepções sobre meio ambiente na revista *Ciência Hoje***. Maceió: UFAL, 2007. 119p. Dissertação (Mestrado) - Programa de Mestrado em Desenvolvimento e Meio ambiente, Instituto de Geografia, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2007.



BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental. **Agenda 21 Brasileira**. Disponível em <http://www.mma.gov.br/sitio/index.php?ido=conteudo.monta&idEstrutura=18&idConteudo=908>. Acesso em 02 mai 2012.

COX, Robert. Environmental Communication and the Public Sphere. 2010

GODOY, Amalia. **A conferência de Estocolmo: evolução histórica 2**. 2007. Disponível em [HYPERLINK "http://amaliagodoy.blogspot.com/2007/09/desenvolvimento-sustentavel-evolucao_16.html"](http://amaliagodoy.blogspot.com/2007/09/desenvolvimento-sustentavel-evolucao_16.html) Acesso em 31/03/2011.

MEDITSCH, Eduardo. **A filosofia de Paulo Freire e as práticas cognitivas no jornalismo**. Biblioteca Online de Ciências da Comunicação, 2002. Disponível em <http://www.bocc.ubi.pt/pag/meditsch-eduardo-filosofia-paulo-freire.pdf>> Acesso 29 abr 2012.

SOUZA, Cidoval Moraes de. **Leituras de Comunicação, Ciência e Sociedade**. Comunicação, Ciência e Sociedade: Diálogos de fronteira. Taubaté-SP. Cabral, 2004.

TRAQUINA, Nelson. **A tribo jornalística: uma comunidade transnacional**. Lisboa: Editorial Notícias, 2004.